



## **Paulistanidade e Discriminação - O Caso Nordestino**

**Autora: Marina Chaves de Macedo Rego**

**1º semestre/ 2017**

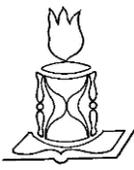
### **Texto Teórico**

Elejo como objeto de estudo as mobilizações de orgulho regional paulista, bem como o histórico fenômeno da discriminação contra nordestinos. Com tal objetivo, apresento este texto focada nos processos de racialização e demarcação econômica patentes ao regionalismo paulista e ao estereótipo nordestino, bem como nas relações entre a paulistanidade e diversas práticas discriminatórias. Assim, empenho-me em defender que certos aspectos do regionalismo em questão se inserem em um amplo processo de racialização capaz de contrapor brancos e não-brancos através de um viés regional. Sendo este viés baseado, inclusive espacialmente, em um ideal de nação embranquecida, rica e civilizada.

Proponho esta discussão a partir do entendimento de que o regionalismo paulista se mobiliza em entornos políticos que não se mostram racial e economicamente demarcados em isolados momentos históricos, mas na recorrente afirmação de superioridade regional-racial<sup>1</sup>, sendo esta agravada em momentos

---

<sup>1</sup> Os conceitos de região e raça aqui são colocados conjuntamente pelo fato de o regionalismo paulista esbarrar, por diversas vezes, em ideias que vão de encontro à eugenia (SOUZA) a partir da construção de um ideário responsável por expor os naturais do estado de São Paulo como uma “Raça de Gigantes”(ELLIS JR) em contraposição ao ridicularizado e diminuído “Outro Regional” (WEINSTEIN). Para além disso, acredito que “quando falamos de lugares, falamos de etnias” (GUIMARÃES, 2003:96).



políticos conturbados<sup>2</sup>. Entendo, na esteira dos estudos de pesquisadoras como Jessita Moutinho (1991) e Barbara Weinstein (2007, 2015), que fenômenos-chave nos estudos regionalistas, tais como os conflitos de 1932 e o IV Centenário de São Paulo, são elucidativos no entendimento de discursos e manifestações políticas hoje correntes.

De início, vale dizer que não entendo o regionalismo paulista como um fenômeno unívoco. Longe de querer demonstrar que tal regionalismo alberga em si apenas sentidos discriminatórios, acredito que na realidade este possua diversos segmentos, expressões e modos de recepção. Deste modo, busco apresentar expressões do regionalismo paulista que se pautam na paulistanidade.

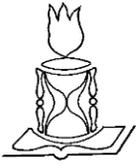
O termo paulistanidade é utilizado tanto por estudiosos que buscam analisar o regionalismo paulista (Weinstein, Cerri, Lopes, Moutinho, Souza, Godoy) quanto por aqueles que advogam uma superioridade de São Paulo, como Alfredo Ellis Júnior<sup>3</sup>. De maneira geral, o conceito remete ao ideal que afirma a superioridade paulista em diversos aspectos. Alguns pesquisadores, como Luis Fernando Cerri, defendem que a paulistanidade seria uma criação da oligarquia paulista para a construção de uma identidade regional que alberga determinadas características e valores como próprios dos paulistas, sacramentando tal ideologia com a figura do bandeirante que representaria o patriarca do povo de São Paulo (CERRI, 1998).

Existe um certo consenso entre os estudiosos da área de que tratar de tal fenômeno significa tratar de um ideal eugênico que por diversas vezes é agressivamente exposto a partir de discursos discriminatórios (Moutinho, 1991; Cerri, 1998; Souza, 2007; Weinstein, 2015). Algo fica nítido: a paulistanidade se constituiria em torno não só do ideal que estabelece São Paulo como superior, mas também no desprezo ao Outro Regional, sendo estas duas categorias – a de pertencente ou não-pertencente à identidade paulista – fortemente demarcadas em função de raça e classe.

---

<sup>2</sup> “A ‘paulistanidade’, conceito pelo qual procuramos caracterizar a ideologia afirmadora da superioridade étnica, econômica e política dos naturais do Estado de São Paulo relativamente ao restante dos brasileiros, surge em todas as épocas de crise e reformulação na forma do Poder Central.” (MOUTINHO, 1991:2).

<sup>3</sup> Que utiliza o termo em sua obra *A Nossa Guerra*.



Em *História Regional e Identidade: O Caso de São Paulo*, Ricardo Luiz de Souza faz um breve histórico da paulistanidade. O autor expõe como primeiro símbolo desta a Proclamação de Amador Bueno como imperador dos paulistas em 1641, em negação à restauração do trono português. O episódio pôde ser mobilizado séculos depois como um símbolo da resistência paulista ou, como demonstra Weinstein, da natureza paulista que se afirma enquanto sinônimo de liberdade, jamais sendo submissa.

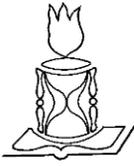
Souza demonstra ainda que pode se identificar no século XVIII – a partir das obras<sup>4</sup> de Pedro Taques e Frei Gaspar da Madre de Deus – a origem da paulistanidade, tendo esta se ampliado nas últimas décadas do século XIX e atingido seu apogeu nos anos de 1930 do século XX. De todos os modos, como defende Joseph Love, a partir do fim do século XIX já havia o estereótipo paulista demarcado como uma “personalidade coletiva, séria, trabalhadora, materialista e empreendedora.” (LOVE apud SOUZA, 2007:392).

No período que engloba a Abolição da Escravidão e a crise do Império, aspirações paulistas de separação em relação ao resto do país começam a compor um coro mais expressivo entre as elites do estado. Souza demonstra que os grandes latifundiários patrocinaram uma campanha separatista que teve como principal expoente Alberto Salles, autor de *A pátria paulista*. Nesta obra, Salles estabelece em termos raciais a necessidade de separação ao defender que a colonização em São Paulo foi feita “por colonos brancos e compostos de gente limpa que não se confundiam com os naturais da terra” sendo que “o elemento africano por muito tempo aqui se conservou insignificante.” (SALLES, 1887).

No decorrer do começo do século XX, a paulistanidade seguiu suas formulações, em especial nos meios intelectuais, atingindo, porém, seu nível máximo e generalizado nos anos de 1930, com a tomada de Getúlio Vargas do poder e o ressentimento das elites paulistas com tal fato. O conhecido conflito de 1932 abarcou tanto grupos indiscretamente separatistas quanto conjuntos que acreditavam em São

---

<sup>4</sup> Frei Gaspar da Madre de Deus: *Memória da História da Capitania de São Paulo*, Lisboa, 1797.  
Pedro Taques: *Nobiliarquia Paulistana, Genealogia das Principais Famílias de São Paulo*.



Paulo como responsável por civilizar o país, apesar de ser fortemente prejudicado pelo mesmo. O que mais suscita a necessidade de investigação no dado conflito é a grande comoção social gerada pelo mesmo. Longe de ser restrito às elites, os conflitos de 1932 chegaram aos mais diversos grupos sociais, raciais e econômicos de todo o estado.

Com a derrota de São Paulo na chamada Revolução, as elites paulistas - como defendido por Souza e Weinstein - se empenharam na reestruturação de uma paulistanidade que seria capaz de afirmar São Paulo como a defensora da democracia e dos valores civilizados, ideia calcada no que era considerado uma premissa: “os paulistas não suportam a opressão” (SOUZA, 2007:398). Para Souza, o conflito foi responsável por uma idealização de “um passado ao mesmo tempo aristocrático e democrático, no qual teria sido criada, em São Paulo, uma sociedade onde elites e povo, ligados por relações de parentesco e amizade, irmanaram-se em bases democráticas e criaram um regime de verdadeiro ‘self-government’, saturado de democracia, na mais ampla acepção da palavra”. (SOUZA, 2007:401).

Findo os anos de 1930, São Paulo prosseguiu no que parecia uma marcha inexorável ao progresso. Maria Arminda do Nascimento Arruda em *Metrópole e Cultura* expõe como em meados do século XX, São Paulo continuava a se estabelecer como o centro cultural mais moderno do Brasil. A autora caracteriza o período pós Segunda Guerra como um momento em que a vida moderna está se cristalizando na cidade de São Paulo, sendo isto visível nos mais diversos campos de expressão cultural através de um fervoroso empenho intelectual para a construção de um “futuro civilizado e internacionalmente articulado.” (ARRUDA, 1997:1).

Algo que buscava se firmar desde o fim do século XIX triunfou: a ideia de São Paulo como local do progresso. Isso pode ser visto tanto na consagração do bandeirantismo na década de 1950 quanto na comemoração do IV Centenário e nas declarações de diversos intelectuais que, em meados do século passado, afirmavam que em São Paulo vicejava o espírito que selava a identidade de metrópole da cidade, sendo esta o lugar capaz de alçar o resto do país ao progresso. Neste sentido é válido lembrar que diversas vezes, em especial nos discursos da

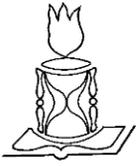


paulistanidade, cidade e estado de São Paulo se fundem. De todos os modos, frequentemente fala-se do cosmopolitismo e industrialização da capital paulista como algo que tocaria e elevaria todo o estado.

Assim, em tempo corrente, ecoa no Brasil uma mesma certeza: São Paulo é o principal polo econômico e político brasileiro. A concepção máxima de progresso ainda se encontra mais estreitamente ligada ao estado paulista do que a qualquer outro. Grandes movimentos migratórios do Nordeste ao Centro-Sul, em especial em meados do século XX, são fatos históricos mobilizados, diversas vezes, para explicar o caráter discriminatório do regionalismo paulista ou a pretensa superioridade de São Paulo. Como deixo nítido no presente texto, a formação tanto da crença em tal superioridade quanto do desprezo ao Outro Regional são fatores anteriores a tal migração.

Para entender, em especial, como determinados movimentos e contextos históricos voltam a mobilizar discursos que no fim do século XIX já mostravam força, é possível mobilizar o conceito de comunidades imaginadas de Benedict Anderson. Anderson, fortemente influenciado por Walter Benjamin, propõe uma ideia de tempo vazio e homogêneo como base da imaginação das comunidades. Estas, constituindo-se com mitos de fundação e uma montagem de enredos imaginados, estabelecem determinadas verdades e sentimentos de camaradagem capazes de fazer com que desconhecidos sintam-se profundamente conectados a um mesmo grupo. Empenhado em analisar o nacionalismo, Anderson demonstra como tais invenções possuem enorme relevância: é possível morrer em defesa de uma comunidade que em última instância é apenas imaginada.

Quando Anderson explicita o fato de que “as comunidades se distinguem não por sua falsidade/autenticidade, mas pelo estilo em que são imaginadas” (ANDERSON, 2008:33), é possível estabelecer em termos mais concretos muitas das características do regionalismo paulista. Nada mais próximo ao conceito de camaradagem horizontal de Anderson - que expõe como as comunidades imaginadas lidam com seus segmentos sociais com uma ideia de igualdade, ignorando diversas clivagens sociais - do que o mito paulista que faz com que todos



os naturais de São Paulo reúnam as características superiores quando relacionados ao restante dos brasileiros<sup>5</sup>.

Quanto ao estilo em que foi imaginada, defendo que a identidade paulista não se pautou apenas em uma ideia de superioridade - própria de diversos agrupamentos humanos - que se dá em uma base menos complexa de preferência de seus próprios costumes em relação a outros. Para além disso, acredito que tal comunidade se calcou na racialização de um Outro Regional acompanhada da formação de uma representação racial capaz de criar uma narrativa em que “no nível da representação o paulista é indubitavelmente branco e de classe média.” (WEINSTEIN, 2007:291).

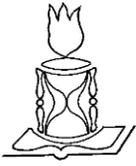
Acredito, como Weinstein, que essa racialização de um Eu e de um Outro Regional em muito pode se relacionar ao que Edward Said propôs em sua obra *Orientalismo – O Oriente Como Invenção do Ocidente*. Said expõe como os estudos orientalistas europeus foram responsáveis não apenas por rebaixar a categoria oriental como grupo desumanizado, mas também por criar tal categoria com o objetivo de se estabelecer enquanto grupo ocidental, grupo superior. Entendo que o rebaixamento e a racialização do Outro Regional que em São Paulo é, especialmente, nordestino, é fator ativo na construção do eu-regional paulista enquanto superior, enquanto branco.

Tais formulações raciais de contraposição ancoraram-se fortemente em símbolos e mitologias; exemplo disto seria o bandeirantismo. Se há algo que é amplamente explicitado em qualquer estudo acerca das expressões do regionalismo paulista, é o fato de o bandeirante aparecer como o patriarca do paulista (CERRI, 1998), como sinônimo do povo paulista (WEINSTEIN, 2007) ou até mesmo como aquele que mostraria o percurso da brasilidade, empós do povo paulista (VELOSSO, 1993). É, assim, nítido o aspecto central do regionalismo no dado estado, ao menos na primeira metade do século XX<sup>6</sup>: a criação de uma identidade regional baseada na figura do bandeirante que formulou, em diversos contextos, uma narrativa em que é a “herança bandeirante que explica o progresso e a modernidade de São Paulo”. (VELLOSO, 1993:19)

---

<sup>5</sup> O que não reduz, de forma alguma, a imensa discriminação racial e econômica em São Paulo.

<sup>6</sup> Apesar de o bandeirantismo continuar informando o debate regionalista no século XXI, como defendido por Weinstein.



Barbara Weinstein, na defesa de que o estoque simbólico da paulistanidade é capaz de alçar-se identitariamente em contraposição a um Outro Regional, aponta que os bandeirantes foram publicizados ao longo do século XX como proto-capitalistas, sendo ignorado que estes eram não-brancos, mamelucos (WEINSTEIN, 2015:37). Neste sentido, a presença negra nas bandeiras – que chegou a ser afirmada até mesmo por Taunay<sup>7</sup> – foi sendo esquecida ao longo dos tempos.

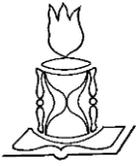
Os supostos empreendedorismo e pragmatismo dos bandeirantes foram características utilizadas por diversos expoentes do orgulho paulista para invocar uma ideia de supremacia econômica como traço nato, racial, dos paulistas. Assim, a simbologia bandeirologista não é relevante apenas por criar uma bem sucedida etnicidade imaginária, mas também por contrastar com “o decadente e tradicional plantador de açúcar do Nordeste colonial.” (WEINSTEIN, 2007:288).

Essencial para esta formulação simbólica do bandeirante foi o crescente poder das classes intelectuais de São Paulo. O historiador João Miguel Teixeira de Godoy - em *Identidade e Regionalismo Paulista: Trajetórias e Mutações* - apresenta um breve resumo histórico de como os meios intelectuais trabalharam a paulistanidade ao longo dos tempos, seja para engendrá-la ou problematizá-la. Como já apresentado nessa pesquisa, as obras de Frei Gaspar da Madre de Deus e Pedro Taques da segunda metade do século XVIII, figuram com importância por, de maneira pioneira, defenderem uma certa excepcionalidade paulista, baseada na comparação com as outras regiões brasileiras, sendo São Paulo – à época - marginalizada em seus processos econômicos.

O conhecido boom do café ocorrido no século XIX e o início da ascensão paulista, bem como a implantação dos sistemas federalista e republicano, são marcados por outro tipo de intelectualidade. No discurso desta, a defesa da excepcionalidade paulista é demonstrada de forma muito mais escancarada até o início dos anos 30. Os já citados Alberto Salles e Alfredo Ellis Jr são parte ativa desse período. Porém, para enumerar alguns outros nomes - dentre tantos - é

---

<sup>7</sup> TAUNAY, Afonso. *Subsídios para a História do tráfico africano no Brasil*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional.



possível citar também Alcântara Machado, Olavo Bilac, Affonso Taunay, Mário de Andrade, Monteiro Lobato e Oswald de Andrade.

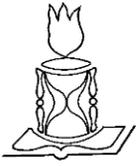
O consenso entre a intelectualidade paulista residia na crença de um poeta-educador (VELLOSO, 1993) que aponta São Paulo como o modelo da nação, já que “pelo alto grau de desenvolvimento industrial e pela vanguarda de intelectuais que produziu, o estado deve necessariamente exercer o papel de líder.” (VELLOSO, 1993:8). O momento-chave para entender a consagração da intelectualidade paulista está na ascensão do Modernismo, iniciada pela Semana de Arte Moderna de 1922. O seguinte trecho de Barbara Weinstein é elucidativo nesse sentido.

“Os anos 20 viram o retumbante aparecimento dos modernistas paulistas – uma audaciosa variedade de escritores de vanguarda e artistas que proclamaram sua região como a apoteose da modernidade brasileira, ao mesmo tempo que lançavam questionamentos críticos sobre a vida urbana contemporânea. À luz desses múltiplos desenvolvimentos, requeria-se pouco trabalho ideológico para os intelectuais paulistas retratarem sua província nativa como favorecida pelo destino. Nos anos 20, as elites por todo o Brasil reconheceram, rancorosamente, que São Paulo detinha as economias industrial e agrária mais prósperas da nação, bem como suas tendências culturais mais inovadoras.” (WEINSTEIN, 2007).

Barbara Weinstein defende que o dado período é de essencial importância para o entendimento da formulação de um regionalismo paulista que, sob a preocupação das elites do estado, se configurou em busca da ordem social em um contexto pós-abolição. Preocupadas, simultaneamente, na construção de uma identidade regional e no controle social, as oligarquias de São Paulo empenharam-se na criação do típico paulista. Este, entretanto, excluía certos segmentos<sup>8</sup> raciais, de classe e de gênero, abarcando, assim, uma parte mínima da população (WEINSTEIN, 2015:20). Desse modo, o ideal paulista, se expressava pela imagem de um homem branco e bem sucedido economicamente.

---

<sup>8</sup> Sendo estes: mulheres, negros, não-brancos e pobres.



Como já dito, o diferencial de eventos históricos como os ocorridos no Conflito de 1932 e no IV Centenário paulistano, está no fato de que uma grandiosa parte da população se engajou na construção da paulistanidade, esta deixando de ser uma preocupação exclusiva dos meios intelectuais e de elite, exibindo-se, assim, triunfante.

O triunfo paulista de que falo pôde se ancorar desde o século XIX na forte presença de migrantes – em especial brancos e europeus – que vieram para o estado trabalhar, especialmente, nas lavouras de café. Isto porque historicamente no Brasil a imigração branca foi tomada como medida estatal para o branqueamento da população brasileira. É válido pensar como esta grande imigração estrangeira elevou o status paulista: este seria o estado que teria a ferramenta branqueadora, constituidora de um melhor futuro, em suas mãos. O Nordeste, em contraposição, seria apenas um “velho caldeirão racial parado no tempo” (GUIMARÃES, 202:131).

Deste modo, fica nítido o grande uso de categorias raciais que compõem a base discursiva do regionalismo paulista. Insiro, para tratar tal problemática, o conceito de racialização. Segundo Antonio Sérgio Guimarães o termo se refere à transformação de “um conjunto de indivíduos em um grupo racial subalterno, ou simplesmente em raça, a partir de características físicas hereditárias, reguladas pela reprodução biológica, tomadas arbitrariamente, mas justificadas por uma ideologia relativamente consistente, às vezes em bases consideradas científicas.” (GUIMARÃES, 2016:164).

Levando em conta tal conceito, defendo que o discurso discriminatório do regionalismo paulista apresenta em si grandes traços de racismo. O Outro Regional que encontra seu exemplo máximo no nordestino é o contraponto do paulista: este branco, avançado, civilizado, bem sucedido economicamente; aquele não-branco, atrasado, inculto e pobre. Essa dualidade permitiu à paulistanidade não apenas imaginar seu ideal social, excluindo, assim, grupos sociais estigmatizados, mas também imaginar sociedades outras que comporiam o Outro Regional.

Acredito que os esforços intelectuais imbuídos no regionalismo paulista possuíam - guardadas as devidas diferenças contextuais - o mesmo objetivo. Mário



de Andrade falar pejorativamente em *Brasis Africanos*<sup>9</sup>, Oswald de Andrade expor a pretensa locomotiva do Brasil como uma questão racial<sup>10</sup>, Ellis Jr contrapor uma raça de gigantes a outra de *platycephalos*<sup>11</sup>, Paulo Duarte confrontar o paulista como livre e os outros brasileiros como escravos<sup>12</sup>, e Monteiro Lobato apontar o café paulista como guia para o progresso<sup>13</sup>, são dados que - dentre tantos outros esforços intelectuais - expõem uma racialização do outro capaz de racializar a si mesmo.

Weinstein defende que sem o discurso regionalista paulista que aponta pejorativamente a seca, o atraso, a pobreza e a não-branquitude como próprias do nordestino, a paulistanidade seria muito menos eficaz. Desse modo, tal contraposição alça o ideal de São Paulo a uma maior *legitimidade* argumentativa. A historiadora expõe tal fenômeno como uma forma de eugenia (WEINSTEIN, 2015:5) que busca, com argumentos baseados em estágios de civilização e mudanças culturais e geográficas, produzir categorias inatas que naturalizam as diferenças hierárquicas entre São Paulo e as outras regiões brasileiras (WEINSTEIN, 2015:91). Do mesmo modo, em um país que abraçou, a partir da década de 1930, o mítico discurso da democracia racial, adjetivos pejorativos como *cabeça chata*, *baiano* e *paraíba* se tornam mais mascarados e fluidos para expressar o racismo.

---

<sup>9</sup> “dêem um estatuto só para nós, pois que somos diferentes mesmo, e sobretudo não venham mais brigar na terra da gente, fazendo esse martirizado São Paulo de campo de suas guerrilhas, de roubo, de indivíduos e de merda. Vão brigar na terra deles, nesses brasis africanos onde a puta os pariu.”

(ANDRADE apud DUARTE, 1975:18).

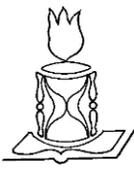
<sup>10</sup> que “a questão racial entre nós é uma questão paulista. O resto do país, se continuar conosco, mover-se-á como o corpo que obedece, empós do nosso caminho, da nossa ação, da nossa vontade”

(ANDRADE apud VELLOSO, 1993:17)

<sup>11</sup> “não há quem não faça distinção entre um negro e um branco. Não há quem não faça a distinção perfeita de um nortista *brachyplatycephalo*, moreno, com um louro do Paraná, de Sta. Catharina ou do Rio Grande do Sul (...) as porcentagens de cada um desses elementos são diferentes, que tornam o ambiente racial completamente outro. S. Paulo, por exemplo, tem como Sta Catharina, 85% de brancos puros. A Bahia, só tem 33%, a Parahyba só tem 32%, o Amazonas 31% e o Pihauy apenas 24%.” (ELLIS JR, 1933:25). O nome da obra em questão seria *Raça de Gigantes*, como menção aos paulistas.

<sup>12</sup> Nas palavras de Paulo Duarte, em 1932 houve um embate entre homens que queriam ser livres e homens que queriam ser escravos. (WEINSTEIN, 2015).

<sup>13</sup> “Não é com queijo, nem carne seca que os graves problemas que defrontam o Brasil serão resolvidos. É com café, audácia, visão, iniciativa e as mais outras qualidades yankees que caracterizam o paulista.”



Neste fenômeno regionalista o racismo muitas vezes é exposto abertamente, como no trecho do Manifesto lançado após a derrota de São Paulo na guerra de 1932, em que se afirma que seria melhor ser uma nação pequena a ser “meros associados de uma terra inviável, dominada por mestiços que têm almas de escravos, e que estão a apenas um passo distantes dos seus ancestrais, cujos corpos foram escravizados aqui e na África” (Manifesto Paulista, 1932). Quando afirmado de modo mais discreto, todavia, são conceitos de civilização e progresso que servem à racialização.

Weinstein demonstra como pode haver uma certa solidariedade entre paulistas e brasileiros brancos e de classe média de outros estados, sendo “a ‘mosca na sopa’ os não-brancos nordestinos” tidos como atrasados e ignorantes (WEINSTEIN, 2007:296). Posso afirmar, portanto, que a paulistanidade alberga em si o objetivo não só de racializar o Outro para racializar *superiormente* a si, mas também a defesa de uma conservadora ideologia que, para além da meritocracia, impõe uma visão que dá os créditos de enriquecimento às elites, negando, assim, o trabalho realizado por aqueles que foram ou escravizados e/ou economicamente explorados<sup>14</sup>. Neste sentido, é válido pensar que a pretensa superioridade de São Paulo - ancorada no bandeirante, na ciência, no progresso, na civilização, na indústria, no moderno – racializa seus termos mais básicos. As terras paulistas serem o local do maior avanço científico, tecnológico e *civilizador* possuem, sem sombra de dúvidas, estreita relação com a imaginação da branquitude engendrada neste recorte espacial.

Esta ideia de dois Brasis - capaz de contrapor em níveis representativos um local enquanto negro, empobrecido, arcaico e inferior em relação a outro branco, enriquecido, moderno e superior - gerou uma série de expressões discriminatórias agravadas, especialmente, em momentos de acirramento político.

Albuquerque Jr. expõe o estereótipo nordestino na fala de um careca do ABC<sup>15</sup> que, na tentativa de explicar seu ódio contra os naturais do Nordeste, afirmou

---

<sup>14</sup> “Todos reconhecem que o progresso de São Paulo é um produto da expansão agrícola do século XIX, e que ela mesma seria inconcebível sem o negro escravo.” (FERNANDES & BASTIDE, 2008:41).

<sup>15</sup> Grupo neonazista que possui como lema Deus, Pátria e Família. Tendo surgido no ABC paulista e se espalhado pela capital paulista, hoje possui adeptos em diversas cidades do país.



“você já viu um nordestino com 1,80 de altura e inteligente?” (ALBUQUERQUE JR, 2011:29). Neste sentido, é possível ver como a cristalização de uma imagem regional ressoa fortemente nos argumentos regionalistas. O mesmo pode-se perceber ao analisar a narrativa de Barbara Weinstein que aponta o embaraço de um soldado branco paulista ao encontrar um soldado da Legião Negra<sup>16</sup> durante o Conflito de 1932. Este não podia crer que um homem negro não fosse nordestino, não fosse das tropas inimigas. Referindo-se com uma indscrição racista ao outro soldado como uma “grotesca figura”, o soldado branco narra como teve que compartilhar um cantil de água com seu companheiro de luta, o que causou imenso “nojo” (WEINSTEIN, 2015:122).

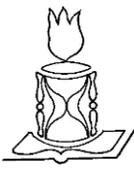
É curioso pensar como há uma certa continuidade nos argumentos da paulistanidade em relação a esta discriminação. É o que se pode ver na trajetória e ascensão política de Luiz Inácio Lula da Silva. Uma série de atributos eram relacionados ao ex-presidente na tentativa de depreciá-lo: era um nordestino de origem pobre que não dominava outros idiomas, envergonhava o país. As vitórias de Dilma Rousseff como presidenta do país, todavia, foram o auge da repercussão desta discriminação. Tanto em 2010 quanto em 2014, uma série de eleitores paulistas atribuíram a responsabilidade da vitória de Dilma ao eleitorado do Nordeste, uma vez que na região houve, de fato, uma maioria de votos para o programa petista.

Por este motivo ocorreu a campanha – Mate um Nordestino Afogado - iniciada pela estudante de Direito, Mayara Petruso, após a apuração das eleições presidenciais de 2010. Este foi o tópico mais comentado mundialmente na rede social Twitter. A estudante, processada pela OAB-PE, foi condenada por crime de racismo. Todavia, mesmo após sua condenação, enxurradas de ódio contra os nordestinos dominam as redes sociais.

Posto isto, vê-se no século XXI a repetição de certos discursos como os de 1932, uma vez que no Conflito do século passado bradava-se por um estereótipo do nordestino

---

<sup>16</sup> Batalhão de soldados negros paulistas que lutou em 1932.



– ser arcaico de inaptidão política – como responsável pelo domínio de Getúlio Vargas. A culpa de o país não ter uma Constituição seria destes povos, tão atrasados, que com um estágio de civilidade primário, nem mesmo percebiam o que estava acontecendo. A ideia era de que a alienação era tanta que ao nordestino restava apoiar – ou por interesses indignos ou por pura ignorância - um poder maléfico para o país, para São Paulo.

O Golpe de 1964 e suas devastadoras consequências também possuem forte conexão com um discurso paulistanista que alberga em si tanto a afirmação dos paulistas como detentores do saber político legítimo quanto a acusação dos nordestinos como grupo caracterizado por uma ignorância e má fé política, sendo estas até mesmo perigosas para o país. Barbara Weinstein (2015) atenta para dois editoriais do jornal O Estado de São Paulo acerca do golpe militar brasileiro. Estes documentos evidenciam a relação entre o dado regionalismo e as mobilizações políticas do contexto. O primeiro, Os Paulistas e a Nação em Perigo<sup>17</sup>, de 21/03/1964, e o segundo, São Paulo Repete 32<sup>18</sup>, de 01/04/1964, publicado na manhã do Golpe.

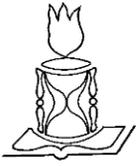
No editorial anterior ao Golpe Militar, se vê um enaltecimento indiscreto dos paulistas. Os mesmos paulistas que haviam lutado contra “a soldadesca de Getúlio Vargas” (OESP, 1964:4), marchavam, sóbria e racionalmente, pelo bem do país inteiro, contra quaisquer ares perigosos que pudessem vir de Moscou: era da reacionária Marcha com Deus Pela Família e Liberdade de que se falava. Afirmava-se, ainda, que se em 1932 – com apenas cinco milhões de habitantes – São Paulo havia sido capaz de empreender uma guerra em defesa de seu “território sagrado”, em 1964, portanto, não haveria força capaz de deter esta “raça” (OESP, 1964:4) na sua missão de proteger todo o Brasil frente ao perigoso governo de João Goulart.

O editorial publicado na manhã do Golpe de 1964 é claro em seu título: São Paulo havia repetido os feitos de 32. E, neste caso, repetir seria mostrar - e exagerar - o domínio do estado: a raça paulista – que jamais se submete – não admitiria

---

<sup>17</sup> Retirado em <<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19640321-27274-nac-0003-999-3-not>> Data da última visita: 29/03/2017.

<sup>18</sup> Retirado em <<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19640401-27282-nac-0003-999-3-not>> Data da última visita: 29/03/2017.



conluio sindicalizantes do então presidente João Goulart; seria o “governo bandeirante” que se levantaria contra os perigos comunistas. Foi com este tom de orgulho que grande parte da imprensa comemorou o golpe militar brasileiro. Os editoriais expostos – não apenas defendem o golpe – como o creditam ao valoroso povo paulista; sempre a frente do resto do país.

Outro episódio emblemático no que concerne ao regionalismo paulista enquanto mobilização política conservadora seria a repercussão<sup>19</sup> contra a vitória de Luiza Erundina – uma política nordestina que concorria pelo Partido dos Trabalhadores – como prefeita de São Paulo nas eleições de 1988. O Centro de Tradições Nordestinas, inaugurado pela prefeita em 1991, chegou a ser pichado<sup>20</sup> em 1992 – com ofensas e ameaças – aos povos oriundos do Nordeste. Nesta lógica, seria a grande presença destes na capital paulista que explicaria os resultados eleitorais. Os paulistas jamais seriam responsáveis por tais escolhas. É curioso pensar no cenário político da dada eleição: o conservador Paulo Maluf disputara contra a então prefeita. Novamente em um discurso direitista, o nordestino – enquanto atrasado – prejudica São Paulo.

O já citado argumento mobilizado após a eleição presidencial de 2010 – que chegou ao ponto de incitar o afogamento de nordestinos – baseava-se em um histórico discurso que, apesar de possuir certas adequações históricas, segue um mesmo sentido desde o fim do século XIX. Frases como “temos que proibir o povo de porteiros e empregadas de votar” e “são pretos dinheiristas dependentes de Bolsa Família”<sup>21</sup> indicavam uma imensa revolta com o resultado eleitoral. Muitos afirmaram uma impossibilidade de continuar vivendo no Brasil: este seria atrasado e incivilizado demais para os paulistas. Os nordestinos seriam, assim, estereótipos de eternos pedintes: os únicos a se beneficiarem com o Programa Bolsa Família, mortos de

---

<sup>19</sup> Reportagem sobre o assunto em anexo.

<sup>20</sup> Como pode ser visto em <<https://pt-br.facebook.com/nacaonordestina/photos/a.306157526084157.82461.306125182754058/553627238003850>> Data da última visita: 29/03/2017.

<sup>21</sup> Exemplo de termo comumente utilizado quando do fenômeno tratado, tendo sido retirado da rede social *Twitter* a partir da análise de discursos de ódio. Vale explicitar que, em minha pesquisa, possuo um banco de dados acerca da situação discriminatória ocorrida em 2010. Na análise empreendida, percebi que a frequente utilização deste termo merece destaque.



fome<sup>22</sup> que trocariam votos por bolsas e viveriam em uma cíclica relação de clientelismo. Neste discurso é possível observar uma relação discriminatória, meritocrática e segregacionista que baseia-se fortemente no racismo e no elitismo.

E quanto a 2016? São Paulo teria repetido 32<sup>23</sup> no processo de golpe<sup>24</sup> que depôs Dilma Rousseff como presidenta da República em 31/08/2016? Teriam os paulistas que incitaram o afogamento de nordestinos devido à vitória da ex-presidenta finalmente remediado o erro dos ignorantes, incivilizados e arcaicos eleitores do Nordeste? Foi com esse discurso paulistanista discriminatório que grupos regionalistas paulistas<sup>25</sup> se mobilizaram diante da questão. Um exemplo disso seriam as imagens a seguir que, compactando uma série de símbolos, mostram os heróis bandeirantes retirando Lula – ícone nordestino do Partido dos Trabalhadores - do poder. Novamente os paulistas – jamais submetidos a ditaduras - salvaram a pátria.

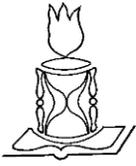
---

<sup>22</sup> Termo constantemente utilizado discriminatoriamente nas redes sociais analisadas. Utilizado neste texto devido à grande presença nos discursos compilados para esta pesquisa.

<sup>23</sup> Em analogia ao Editorial já citado – *São Paulo Repete 32* – do jornal *O Estado de São Paulo* quando do golpe de 1964.

<sup>24</sup> Há, atualmente, um caloroso debate político em torno da nomeação do processo. Tido como impeachment – majoritariamente por seus defensores – e como golpe – para a maioria dos que se posicionaram contrariamente. Elejo a segunda opção, golpe, pelo mesmo motivo que opto em não tratar como *revolução* o Conflito de 1932 e o Golpe de 1964. Reservo tal conceito para mobilizações populares de cunho, especialmente, anti-capitalista.

<sup>25</sup> Cita-se aqui os grupos Orgulho Paulista e São Paulo Livre.



Posto isto, afirma-se a paulistanidade como perpetradora de argumentos capazes de racializar e demarcar economicamente identidades regionais, embranquecendo e enriquecendo a representação paulista e estigmatizando discriminatoriamente a identidade nordestina. Do mesmo modo, é explicitada uma histórica desigualdade na distribuição de poder regional brasileira que – ao contrapor representações de progresso e decadência - elevou São Paulo e rebaixou o Nordeste em uma assimétrica relação de status, legitimidade simbólica e material<sup>27</sup>. Assimetria esta que é recrudescida em momentos de disputa política e acirramento eleitoral como o do contexto brasileiro atual.

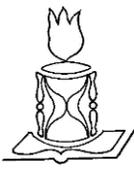
<sup>26</sup> Imagens retiradas em:

<<https://www.facebook.com/movimentoSPL/photos/a.1732684196957716.1073741827.173265863029>

3606/2255809004645230/?type=3&theater>

<<https://www.facebook.com/OrgulhoSP/photos/a.552055881481232.1073741828.552035274816626/1>>

<sup>27</sup> Atenta-se à legitimidade material devido ao fato de o Nordeste ser a região com menor movimentação econômica no território brasileiro, sendo o Sudeste o local com maior movimentação e renda por habitante (tal fato pode ser observado através da análise dos dados recolhidos pelo IBGE na PAS 2016). A ilegitimidade simbólica diz respeito ao fato de que, como observado, em um nível de representação tais regiões são contrapostas de um modo que SP aparece, constantemente, como superior e o Nordeste como inferior.



### Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE JR, Durval. **A Invenção do Nordeste e Outras Artes**. São Paulo: Editora Cortez, 2011.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**; tradução Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. MetrÓpole e Cultura: o novo modernismo paulista em meados do século. **Tempo Social - Revista de Sociologia da USP**, 9, São Paulo, 1997.

CERRI, Luis. Non Ducor Duco: A Ideologia da Paulistanidade e a Escola. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 18, n. 36, 1998. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010201881998000200007](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010201881998000200007)> Acesso em: 12/06/2015

DUARTE, Paulo. **Memórias. Inteligência da Fome**. São Paulo: Hucitec, v. 2, 1975.

ELLIS JR, Alfredo. **Confederação ou Separação**. São Paulo, Editora Piratininga, 1933.

\_\_\_\_\_ **Raça de Gigantes**. São Paulo, 1926.

GASPAR DA MADRE DE DEUS, Freire. **Memórias Para a História da Capitania de São Vicente**. (Lisboa, 1797). Editora Itatiaia, 1975.

GODOY, João. Identidade e Regionalismo Paulista: Trajetórias e Mutações. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**, São Paulo, 2011.

GUIMARÃES, Antonio. **Classes, raças e democracia**. São Paulo: Editora 34, 2002.

\_\_\_\_\_ Como trabalhar com raça em sociologia. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.29, n.1, p. 93-107, jan./jun. 2003.

\_\_\_\_\_ Formações Nacionais de Classe e Raça. **Tempo Social, São Paulo**, v. 28, n. 2, 2016.

\_\_\_\_\_ **Preconceito e Discriminação**. São Paulo: Editora 34 Ltda, 2004.



LOPES, Raimundo. "Cada brasileiro receba a parcela do insulto que lhe cabe": regionalismo, separatismo e bairrismo no processo de mobilização cearense durante a Guerra de 1932. **Revista Espacialidades**, 18 vol. 2, no. 1, 2009.

LOVE, Joseph. Autonomia e interdependência: São Paulo e a Federação Brasileira. In: FAUSTO, Bóris (org.) **História Geral da Civilização Brasileira**, Tomo III, Volume I, São Paulo: DIFEL, 1977.

MOUTINHO, Jessita. A Paulistanidade Revista: Algumas Reflexões Sobre Um Discurso Político. **Tempo Social**, São Paulo: v. 3, 1991.

OESP. **Os paulistas e a nação em perigo**. Editorial, 23/03/1964.

\_\_\_\_\_. **São Paulo repete 32**. Editorial, 01/04/1964.

SAID, Edward. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo, Companhia das Letras, 2007.

SALLES, Alberto. **Pátria Paulista**. Brasília, Universidade de Brasília, 1983.

SOUZA, Ricardo. História regional e identidade: o caso de São Paulo. **História e Perspectivas**, Uberlândia (36-37): 389-411, 2007.

TAQUES, Pedro. **Nobiliarquia Paulistana, Genealogia das Principais Famílias de São Paulo**. Disponível em <<https://archive.org/details/NobiliarchiaPaulistana-GenealogiaDasPrincipaesFamíliasDeS.Paulo>> Data da última visita: 11/04/2017.

TAUNAY, Afonso. **Subsídios para a História do tráfico africano no Brasil**. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional.

VELLOSO, Mônica. A brasilidade verde-amarela: nacionalismo e regionalismo paulista. **Revista Estudos Históricos**, América do Norte, 1993.

WEINSTEIN, Barbara. Racializando as diferenças regionais: São Paulo x Brasil, 1932. **Esboços-Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC**, v. 13, n. 16, p. 281-303, 2007.

\_\_\_\_\_. **The color of modernity: São Paulo and the making of race and nation in Brazil**, Duke University Press Books, 2015.